

**INSTITUTO FLORENCE DE ENSINO SUPERIOR
DIRETORIA ACADÊMICA
COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO – CONEX**

**PROJETO DE EXTENSÃO – CURSO DE DIREITO
NÚCLEO DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR – NAJUP GERÔ**

O Curso de Direito do Instituto Florence de Ensino Superior observou a necessidade de implementação desse projeto de extensão para se integrar na questão das pessoas em sofrimento mental em situação de privação de liberdade no estado do Maranhão, mais precisamente na capital São Luís.

O NAJUP Gerô se propõe a atuar no modelo da Rede de AJUP's, "Assessoria Jurídica Universitária Popular" cujo ideal é atuar com uma postura inovadora na extensão em Direito, substituindo o trabalho de assistência judiciária (pura e simples, que se resume ao ajuizamento de ações), pelo trabalho interdisciplinar de educação popular em direitos humanos, fortalecendo o protagonismo popular e o empoderamento das pessoas diretamente envolvidas, como forma de libertação social.

JUSTIFICATIVA:

No contexto sócio histórico a pessoa em sofrimento mental passou e passa pela marginalização da sociedade. Esse processo de "marginalização da loucura" veio através das várias estratégias de retirada dessa pessoa do convívio social, como por exemplo, nas internações integrais em instituições asilares como ato de punição do seu estado mental considerado por muitos como desequilíbrio da subjetividade. Assim, até os dias atuais em nossa sociedade, as pessoas em sofrimento mental assim como seus familiares são considerados os causadores de emoções e comportamentos que fogem ao padrão imposto para a convivência em sociedade.

No Estado do Maranhão, mais precisamente na capital São Luís, as pessoas em sofrimento mental que cumprem pena ou medida de segurança no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, nas outras unidades prisionais de São Luís ou no Hospital Nina Rodrigues – referência Estadual na atenção em saúde mental – são tratadas com descaso e carregam uma carga social de preconceitos e estereótipos.

É preciso criticar o tratamento penal dispensado a essas pessoas, em muitos casos se convertendo em prisão perpétua, degradante e desumana, além de constituir-se em muitos casos em verdadeira pena de banimento (pois distante de seu território e daqueles que mantinha relações afetivas).

Discutir a efetividade da Lei da Reforma Psiquiátrica (Lei nº 10.216/2001) e a implantação dos mecanismos previstos na Portaria nº 94 de 14/01/2014, do Ministério da Saúde, que determina a

implantação de Equipes de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis a Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP), assim como a atuação dessas equipes, deve compor nossos objetos de estudo.

Neste contexto é que se apresenta o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular do Instituto Florence, denominado “NAJUP Gerô”, em homenagem ao cantor e compositor Jeremias Pereira da Silva, o Gerô, que foi torturado até a morte por policiais em 22 de março de 2007.

OBJETIVO GERAL DO PROJETO:

- Contribuir para a promoção dos direitos humanos das pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade nas unidades prisionais de São Luís - Maranhão, na perspectiva da assessoria jurídica popular.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO PROJETO:

- Compreender e discutir os dispositivos legais vigentes e as políticas públicas sobre direitos das pessoas em sofrimento mental;
- Identificar as demandas das pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade nas unidades prisionais de São Luís e dos seus familiares, relacionadas à garantia dos seus direitos humanos;
- Promover a formação em direitos humanos das pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade nas unidades prisionais de São Luís, bem como dos seus familiares e dos profissionais que ali atuam, com destaque para os direitos e mecanismos de garantias de direitos das pessoas em sofrimento mental;
- Propiciar discussões que colaborem na gestão democrática da política pública local de saúde mental capaz de produzir impactos na afirmação da cidadania e na defesa dos direitos humanos das pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade;
- Estimular a criação de um espaço próprio de organização das pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade nas unidades prisionais de São Luís em torno das questões cotidianas ali vivenciadas, de modo a possibilitar reflexões, desenvolvimento da autonomia e empoderamento;
- Colaborar com uma formação acadêmica crítica e comprometida com as questões sociais, de modo a articular conteúdos apreciados em sala de aula com as atividades de extensão desenvolvida;
- Possibilitar aos discentes dos cursos de Direito, Enfermagem, Farmácia e Odontologia do Instituto Florence experiências/vivências, reflexões, discussões e problematização do campo da Atenção à Saúde Mental e sua interface com o Direito;
- Discutir o papel desempenhado pelos órgãos responsáveis pela promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade, sobretudo aqueles ligados aos Sistemas de Justiça e de Segurança;
- Promover o diálogo e a articulação entre órgãos do Poder Judiciário e outros a ele vinculados e as unidades prisionais, de modo a fortalecer a política antimanicomial;

- Acompanhar os atendimentos de saúde prestados a população em sofrimento mental privada de liberdade discutindo políticas para a melhoria;
- Monitorar os processos judiciais que envolvam a população em sofrimento mental privada de liberdade através da produção de relatórios a serem encaminhados à Defensoria Pública Estadual, se necessário e à REVOAR (Associação de Familiares e Amigos de Pessoas Privadas de Liberdade no Maranhão) contribuindo com a intervenção desta entidade nesta temática;
- Monitorar, juntamente com as pessoas em sofrimento mental privada de liberdade e seus familiares, a aplicação da Lei da Reforma Psiquiátrica e da Portaria nº 94/2014 do Ministério da Saúde.

METODOLOGIA:

A metodologia aplicada é no sentido de envolver os acadêmicos dos cursos de Direito, Enfermagem, Farmácia e Odontologia, para num diálogo permanente com as pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade e seus familiares sobre direitos e reivindicação de direitos construir um espaço de diálogo destes cidadãos com as autoridades públicas e contribuir na execução de políticas públicas para essa população através do fortalecimento de suas entidades representativas a exemplo do REVOAR.

O plano de trabalho do NAJUP Gerô prevê a realização de oficinas de educação popular, atividades de monitoramento processual (incluindo acompanhar audiências) e mobilização política.

A ação metodológica do NAJUP com as pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade e seus familiares está, pois, distribuída de forma que comporte as seguintes atividades:

- Realização de oficinas socioeducativas com familiares, com a utilização de dinâmicas, instrumentos pedagógicos, lúdicos e criativos (teatro, música, fotografias, confecção de murais e cartazes), discutindo temas da realidade social que nos ajudem a atingir os objetivos anteriormente mencionados;
- Distribuição de material informativo às pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade e seus familiares;
- Monitoramento dos processos judiciais das pessoas em sofrimento mental privadas de liberdade e elaboração de relatórios que possam subsidiar a ação de entidades de direitos humanos;
- Participação política junto aos fóruns de discussão sobre políticas de saúde mental e sistema carcerário em ações que reivindicam a efetivação de direitos humanos;
- Diálogo frequente com as pessoas em sofrimento mental e seus familiares.

Todo acadêmico dos Cursos de Direito, Enfermagem, Farmácia e Odontologia regularmente matriculado poderá participar do projeto.

PROFESSORES ENVOLVIDOS NO PROJETO:

Prof. Esp. Nonnato Masson Mendes dos Santos (Coordenador)

Profa. Me. Cláudia Maria Santos de Jesus

Profa. Esp. Marcela Lobão de Oliveira